

Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP) aponta crescimento do PIB gaúcho acima do nacional em 2011

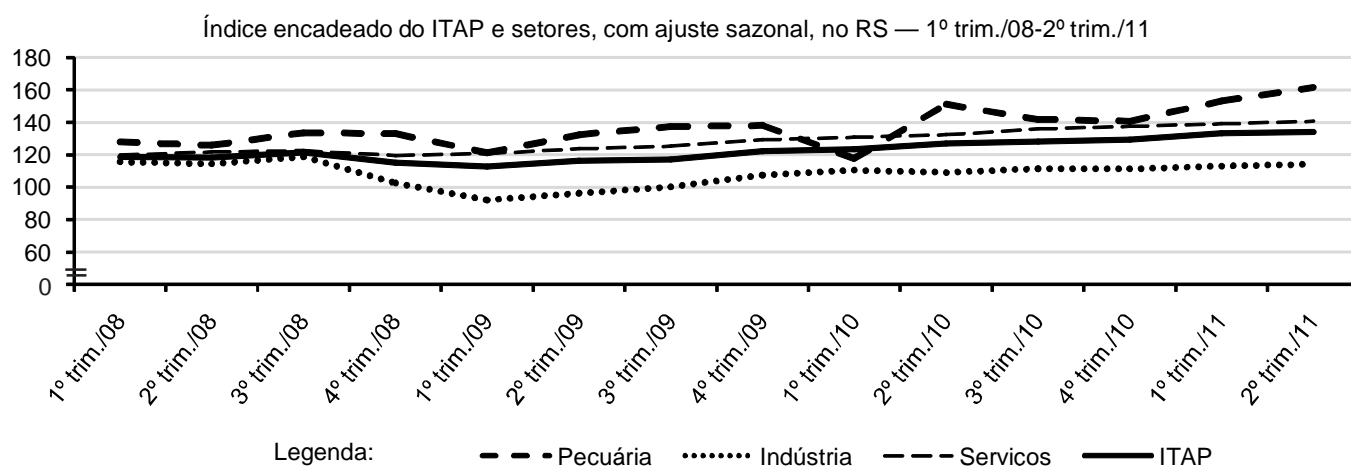
O ITAP, indicador que mede o crescimento da economia gaúcha, registrou um aumento de 5,8% no segundo trimestre de 2011, com relação ao mesmo período do anterior. Esse desempenho, somado ao crescimento de 7,8% no primeiro trimestre, resultou numa expansão acumulada de 6,7% no semestre — superior, portanto, à expansão de, no máximo, 4,0% que se espera para a economia brasileira no período. Ainda que o resultado do segundo trimestre tenha representado uma desaceleração em relação ao primeiro, a dinâmica foi bastante similar em ambos: forte expansão da agropecuária, com efeitos irradiadores para o setor serviços, e crescimento pouco expressivo da indústria de transformação.

A desaceleração deve-se, principalmente, à aparente perda de fôlego da agropecuária. Enquanto, no primeiro trimestre, esse setor registrou uma expansão de 28,9% (seguida de taxas de 6,2% do setor serviços e de 2,4% da indústria de transformação), no segundo, a expansão foi de 7,8% (seguida de 6,3% do setor serviços e de 4,6% da indústria de transformação). A desaceleração, porém, é explicada pela diferença entre as bases de comparação. Isto é, o crescimento do primeiro trimestre resultou da recuperação das safras de fumo e arroz, cuja base de comparação estava deprimida, fenômeno que não se repetiu no segundo — apesar de a safra também ter sido recorde —, em função de a produção de soja também ter alcançado um bom resultado em 2010.

A safra agrícola recorde é a principal explicação para o fato de o Rio Grande do Sul apresentar uma expansão do nível de atividade superior à nacional no primeiro semestre. Como as principais culturas do Estado se concentram nesse período, a taxa de 15,5% acumulada pela agropecuária no primeiro semestre já é um bom indicativo do que poderá ser alcançado por esse setor ao final do ano. Nota-se que, nos anos em que

a expansão da agropecuária gaúcha supera a nacional (espere-se, para este ano, um crescimento entre 5,0% e 7,0% da agropecuária no Brasil), o PIB do Estado, em geral, também cresce acima da média brasileira. Isso pode ser explicado tanto pela maior participação da agropecuária no Estado (em 2008, essa participação era de 10,5%, contra 5,0% na economia brasileira) quanto pela importância, na economia gaúcha, de setores ligados à agroindústria — beneficiamento de soja, arroz, trigo e fumo, carnes, produção de máquinas agrícolas, dentre outros.

A expansão de 10,8% acumulada pelo setor serviços no primeiro semestre é explicada, em parte, pelo próprio crescimento da agropecuária, cujo aumento de renda gera um aumento derivado da demanda por serviços em geral, e também pelo aquecimento das atividades de comércio ligadas à construção civil. O crescimento de 3,6% da indústria de transformação no semestre, por outro lado, continua modesto. Tal como na economia brasileira, o setor industrial, no Estado, tem sido mais afetado pela queda na demanda mundial, pelo câmbio apreciado e pela desaceleração no ritmo de crescimento do crédito e do consumo. Com exceção dos segmentos da agroindústria e da produção de químicos, nos demais, observa-se um crescimento baixo ou mesmo queda na produção, em relação ao ano passado — caso dos setores de celulose e papel, borracha e plástico, mobiliário, refino de petróleo e coureiro calçadista. Como pode ser observado no gráfico, embora o ITAP já tenha superado o nível pré-crise, isso se explica pelos desempenhos da agropecuária e do setor serviços. A produção da indústria de transformação, por outro lado, mostra um ritmo de crescimento bastante moderado, não tendo alcançado, ainda, o nível de produção anterior à crise.



FONTE: FEE/CIE/Núcleo de Contas Regionais.

Cecília Rutkoski Hoff (FEE/CIE)

Por que a taxa de juros básica da economia brasileira (Selic) é alta?

A taxa de juros básica do Brasil é uma das mais altas do mundo (12,5% ao ano) e, se descontada a inflação, a maior de todas. A razão mais forte de um patamar tão elevado é a persistência no uso do sistema de metas de inflação, sem atentar para as causas que a elevam, como os mecanismos de propagação dos juros e o uso de compulsórios.

Os canais de transmissão da política monetária, que propagam o impacto da taxa Selic, estão obstruídos. Do lado dos ativos dos agentes, como parte da dívida é pós-fixada, a cada aumento da taxa, há um efeito-renda positivo, em vez de negativo, no consumo dos agentes. Entretanto é no lado do passivo, no canal dos financiamentos, que o efeito da alta de juros é fraco.

O mercado de crédito, no Brasil, tem três segmentos. Um é o tabelado, que inclui os recursos do BNDES, o crédito rural, parte do habitacional e quase todo o consignado. Esse segmento não é afetado pela taxa básica do Governo. Outra parte é o concedido no cartão de crédito, sobre o qual não recai compulsório que iniba a sua expansão. Nesse segmento, os juros cobrados são altíssimos e quase não sofrem influência da política monetária. O terceiro segmento é o restante do crédito, que, devido, por exemplo, aos compulsórios, tem abafado a difusão de alterações de juros nos preços.

Tornar o mercado de crédito mais competitivo é pré-requisito para uma transmissão de política monetária mais eficiente no controle da inflação. Isso demanda fazer com que todas as

operações tenham taxas ajustadas ao risco conhecidas por instituição e por tipo de operação, bem como que os financiamentos direcionados e tabelados variem como uma proporção da Selic, e não com uma taxa fixa.

Já o uso dos recolhimentos compulsórios foi eliminado em quase todo o mundo. Sua elevação tira liquidez do mercado interno, fazendo, por um lado, com que bancos pequenos e médios reduzam suas operações e induzam seus tomadores de financiamentos ao mercado de cartões de crédito e, por outro, motivando grandes instituições a captarem recursos no exterior para atender à demanda de empréstimos no país. É uma medida que diminui a concorrência no mercado, agrava o problema de valorização da moeda do país e tem um efeito pífio na inflação.

Finalmente, a maior falha do atual modelo é que a taxa a ser anunciada ao final de cada reunião do Copom tem pequena importância numa perspectiva de longo prazo. A autoridade monetária não determina a taxa de juros de equilíbrio, apenas fixa a Selic num patamar considerado consistente com a meta de inflação. Dessa forma, o modelo desconsidera que a inflação é resultado não apenas da eficiência dos mecanismos de transmissão, mas também da dinâmica fiscal, do quadro institucional e das demais condições estruturais da economia.

Edison Marques Moreira (FEE/CEES)

Austeridade fiscal e o equilíbrio macroeconômico no caso brasileiro

Nas décadas de 80 e 90, o regime de política fiscal brasileiro implicava déficits públicos e dívida pública crescentes. Não havia maior preocupação com o descontrole fiscal, pois os três níveis de governo contavam com o financiamento via receita de senhoriação (emissão de moeda).

O Plano Real, em 1994, conseguiu controlar a inflação através de desindexação da economia, política monetária austera e vigência de uma âncora cambial. No entanto, até o final de 1998, não havia, principalmente por parte do Governo Federal, um compromisso claro por um ajuste fiscal. A mudança de postura fiscal dos níveis de governo acentuou-se com a adoção do sistema de metas para a inflação e culminou com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000. Sob o sistema de metas (dominância monetária), a receita de senhoriação é exógena para a autoridade fiscal — o montante de déficit público que for produzido além da receita de senhoriação terá que ser financiado via emissão de títulos públicos. A estabilização econômica e a LRF levaram os três níveis de governo a seguirem uma estratégia de geração permanente de superávit primário, visando, com isso, controlar o crescimento da dívida pública.

A política econômica do Governo Lula seguiu as linhas mestras do Governo FHC. Com relação à gestão da dívida pública, a principal estratégia adotada pelo Governo Federal foi a de ampliar os ativos acima do crescimento dos passivos. Tal estratégia mostrou-se eficaz, tanto que a relação dívida

líquida/PIB se reduziu de 60,4% do PIB em 2002 para 39,7% do PIB em 2011. Porém, no período em questão, a relação dívida bruta/PIB cresceu, mantendo-se em patamares acima de 60% do PIB.

A razão para a dívida bruta crescer reside na trajetória de déficits nominais desde 2001. A partir de 2006, a política econômica passou por mudanças, saindo-se, gradualmente, de um regime de dominância monetária para um regime de dominância fiscal. Sob esse regime, o Governo gera superávit primário independentemente da necessidade de estabilização da relação dívida/PIB, e a autoridade monetária é forçada a adotar uma política monetária menos restritiva, obtendo-se, assim, uma inflação acima da meta estabelecida.

Em um contexto de elevado nível de liquidez internacional e diante de um cenário de baixo ritmo de crescimento da economia mundial, considera-se oportuno fazer-se um ajuste fiscal, gerando-se superávits primários acima dos juros nominais, de modo a se elevar a poupança nacional e a reduzir a apreciação cambial. Ao mesmo tempo, em razão da menor pressão sobre a demanda agregada, a autoridade monetária ganharia maior espaço de manobra para atingir a meta de inflação e garantir a estabilidade da atividade econômica.

Liderau dos Santos Marques Júnior (FEE/CEES)

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — fev.-jul./11

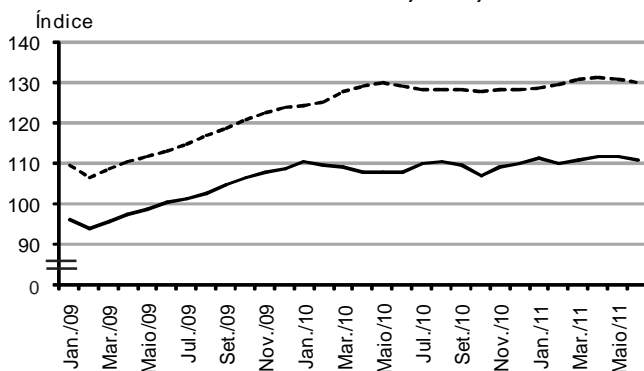
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Fev./11	0,80	1,64	6,01	1,00	1,80	11,30
Mar./11	0,79	2,44	6,30	0,62	2,43	10,95
Abr./11	0,77	3,23	6,51	0,45	2,89	10,60
Mai./11	0,47	3,71	6,55	0,43	3,33	9,76
Jun./11	0,15	3,87	6,71	-0,18	3,15	8,64
Jul./11	0,16	4,04	6,87	-0,12	3,02	8,35

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jun./11



Legenda: - - - - Brasil — Rio Grande do Sul

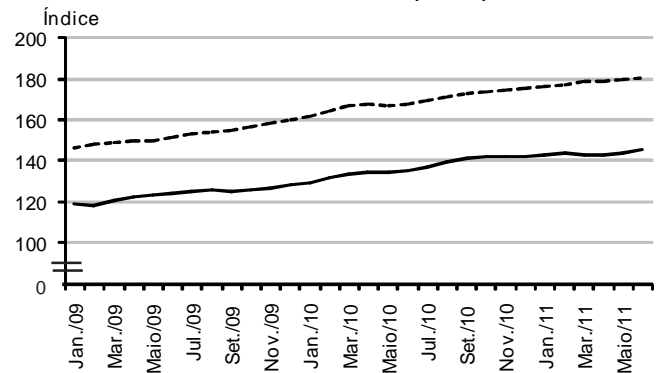
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jun./11



Legenda: - - - - Brasil — Rio Grande do Sul

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2003 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — fev.-jul./11

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,67	1,66	1,59	1,61	1,59	1,56	1,62	1,66
Taxa de câmbio efetiva real (3)	72,62	72,87	70,34	71,37	70,21	69,45	71,33	72,48
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	11,25	11,75	12,00	12,00	12,25	12,50	11,86	11,39
Superávit primário (% do PIB)	-2,56	-4,29	-5,57	-2,17	-3,85	-	-3,99	-3,54
Balança comercial (US\$ milhões)	1 195,90	1 549,80	1 862,20	3 519,10	4 427,50	3 135,20	16 101,80	27 095,40
Exportações (US\$ milhões)	16 732,50	19 286,00	20 173,00	23 208,70	23 689,10	22 251,90	140 555,60	235 610,50
Importações (US\$ milhões)	-15 536,60	-17 736,10	-18 310,80	-19 689,50	-19 261,60	-19 116,70	-124 453,50	-208 514,90
Transações correntes (US\$ milhões)	-3 439,50	-5 648,40	-3 479,70	-4 093,00	-3 300,10	-3 496,80	-19 960,70	-47 873,30

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média de período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 9

Tabela 3

Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — fev.-jul./11

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
				Valor		Volume		Preço	
	RS	Brasil		RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Fev./11	2 289	31 947	7,2	33,6	35,9	15,5	11,5	15,6	22,0
Mar./11	3 802	51 233	7,4	39,4	30,6	20,0	5,5	16,0	23,5
Abr./11	5 261	71 406	7,4	29,0	31,3	10,0	2,8	17,0	27,1
Mai./11	7 292	94 614	7,7	29,1	31,2	8,0	2,4	18,7	27,6
Jun./11	9 261	118 304	7,8	29,7	32,6	8,3	1,7	19,1	29,7
Jul./11	11 046	140 555	7,9	26,7	31,5	5,5	1,5	19,4	29,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Tabela 4

Taxa de desemprego, por tipo, no Brasil e no Rio Grande do Sul — fev.-jul./11

MESES	TAXA DE DESEMPREGO (%)					
	Total		Aberto		Oculto	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Fev./11	7,3	10,5	6,1	7,7	1,2	2,8
Mar./11	7,4	11,2	6,3	8,3	1,1	2,8
Abr./11	7,4	11,1	6,4	8,4	(1)-	2,8
Mai./11	7,7	10,9	6,7	8,3	(1)-	2,6
Jun./11	7,8	11,0	6,7	8,3	1,1	2,6
Jul./11	8,0	-	6,7	-	1,3	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Gráfico 3

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jul./11

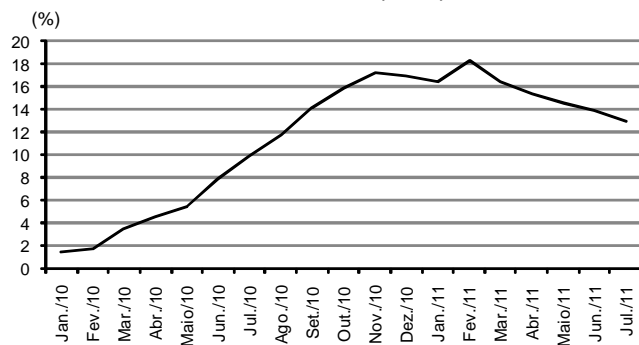
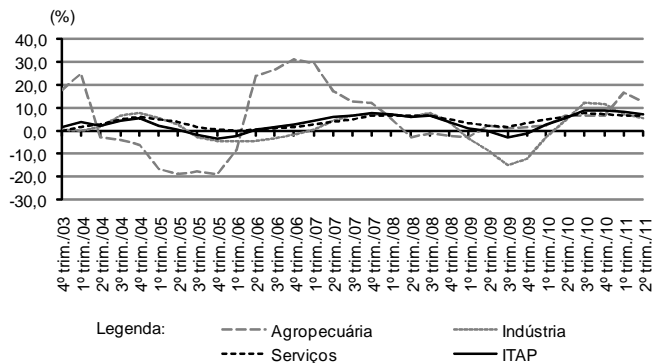
FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Gráfico 4

Taxa de variação do Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP), segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 4º trim./03-2º trim./11



FONTE: FEE/CIE/NCS.

NOTA: Variação acumulada em quatro trimestres.

População em pobreza extrema: foco na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Região Norte do Estado

Dados recentemente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam o segmento da população brasileira em pobreza extrema, referente às pessoas ou famílias cujos rendimentos não atingem o mínimo necessário para satisfazer adequadamente suas necessidades nutricionais, levando em conta hábitos de consumo, disponibilidade efetiva de alimentos em cada região e seus preços relativos. Como critério para definir a linha nacional de pobreza extrema, considera-se, nessa faixa, a população com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70,00. No Brasil, o número de pessoas nessa situação é de 16.267.197, ou 8,53% do total, enquanto, no RS, chega a 306.651 pessoas, representando 2,87% da população gaúcha.

No caso do RS, quase dois terços (65,2%) dos extremamente pobres localizam-se em domicílios urbanos, enquanto os restantes (34,8%) estão no meio rural. No total, há uma predominância feminina, sendo 51,7% mulheres e 48,3% homens. Nota-se também um alto percentual de crianças e jovens de até 17 anos, que representam 45,2% da população em pobreza extrema no Estado. Outro dado significativo refere-se à proporção de 13,7% de analfabetos nesse segmento, sendo que, entre a população gaúcha como um todo, esse percentual é de 4,5%.

Em termos da localização da extrema pobreza no RS, podem-se considerar tanto o *ranking* dos municípios gaúchos com maior quantidade absoluta de domicílios com renda de até R\$ 70,00 como o *ranking* daqueles com maior proporção de domicílios nessa situação.

No primeiro *ranking*, sobressaem-se os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Entre os 10 municípios com maior número de domicílios em extrema pobreza, encontram-se Porto Alegre (1º), Canoas (3º), Viamão (4º), Gravataí (5º), Alvorada (6º) e Novo Hamburgo (9º). Também fazem parte dessa lista os Municípios de Pelotas (2º), Rio Grande (7º), Santa Maria (8º) e Caxias do Sul (10º).

Já na classificação de acordo com maior proporção de domicílios com renda de até R\$ 70,00, estão os Municípios de Redentora (1º), Lajeado do Bugre (2º), Benjamin Constant do Sul (3º), São Valério do Sul (4º), Jacuizinho (5º), Vicente Dutra (6º), Engenho Velho (7º), Derrubadas (8º), Santana da Boa Vista (9º) e Jaboticaba (10º), com percentuais entre 29,7% (Redentora) e 15,9% (Jaboticaba). Chama atenção o fato de que oito desses 10 municípios se localizam na Região Norte do Estado, sendo exceção os Municípios de Jacuizinho e Santana da Boa Vista. Além disso, considerando-se a questão étnica relacionada à pobreza, ressalta-se que, em quatro desses municípios, há uma forte presença de população indígena, sendo esses, respectivamente, Benjamin Constant do Sul, com 43,5%, Redentora, com 39,5%, São Valério do Sul, com 39,4%, e Engenho Velho, com 34,1%.

Clítia Helena Backx Martins (FEE/CIE)

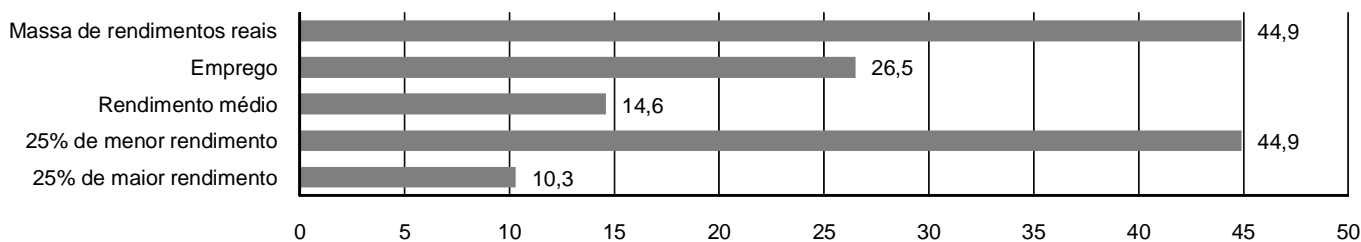
Crescimento da massa de rendimentos reais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

O crescimento do Produto brasileiro, nos últimos anos, tem ocorrido, em boa parte, em função da evolução da demanda das famílias, fruto do comportamento positivo do emprego e da renda do trabalho. Também na RMPA, as estimativas da Pesquisa de Emprego e Desemprego apontam nesse sentido, assinalando evolução positiva da massa de rendimentos reais dos ocupados de maneira ininterrupta desde 2004. Entre 2003 e 2010, a massa total de rendimentos dos ocupados gerada na RMPA apresentou crescimento real de 44,9%, resultado proporcionado pelo acréscimo de 26,5% no nível de ocupação e de 14,6% no rendimento médio real dos ocupados.

A evolução dos rendimentos médios reais, contudo, não se mostrou homogênea entre os ocupados. Enquanto os 25%

dos trabalhadores com rendimentos mais elevados experimentaram um acréscimo de 10,3% em sua renda real, os 25% com rendimentos mais baixos tiveram um crescimento de 44,9%, denotando um comportamento amplamente favorável a este último grupo. Esse comportamento diferenciado tem resultado de medidas como a política de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda e ampliação do crédito, as quais têm dinamizado o mercado interno, ampliando oportunidades de trabalho e elevando a capacidade de consumo da população, principalmente a de menor renda.

Variação percentual do emprego, do rendimento médio real, da massa de rendimentos dos ocupados e do rendimento médio real dos 25% de menor rendimento e dos 25% de maior rendimento na RMPA — 2003-10



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Roberto Wiltgen (FEE/CPED)

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 9

O euro em crise: o antes, o agora e o depois...

Em 1999, após uma década de instabilidades e turbulências financeiras, foi criado o euro, uma moeda que nasceu com o intuito de se tornar forte e estável e evitar que a volatilidade das taxas de câmbio prejudicasse a estabilidade econômica da região. Inicialmente, o euro veio a funcionar como moeda escritural, para, então, começar a circular como papel-moeda em 2002, quando 15 Estados adotaram a divisa, número que chegou a 17 em 2007. Foi também criado o Banco Central Europeu (BCE), incumbido de manejar a política monetária dos países da Zona do Euro, enquanto as políticas fiscais ficavam a cargo dos países-membros, com o compromisso de garantir a saúde de suas contas públicas, ou seja, deveriam controlar gastos.

Ao se analisar a união monetária, verificam-se diversos países com níveis de produtividade e tecnológicos diferentes, cultura e populações diversas, com pautas de exportação distintas, competindo sem barreiras e sem proteções com uma taxa de câmbio próxima ao dólar, ou seja, uma moeda forte utilizada por países com condições econômicas assimétricas. Por trás, está a tese da especialização das economias em suas vantagens comparativas.

Os seis primeiros anos de sua criação passaram sem “maiores problemas”: não houve incidência de grandes crises, mas diversas nações viram sua vitalidade econômica diminuir. Enquanto a Alemanha apresentava enormes ganhos em transações correntes, os indicadores externos dos demais países deterioravam-se. Mas não houve recessão, pois o consumo se manteve, em grande parte devido ao ganho cambial, e diversos países apresentaram grande crescimento no período.

Então, veio a crise de 2007, que expôs a fraqueza de boa parte das economias da Zona do Euro; e o mundo desenvolvido entrou em recessão. Os EUA encontram-se com enormes dificuldades para sair de sua crise, e o crescimento mundial passa a ser puxado pelos países em desenvolvimento, com grande destaque para o aumento de poder econômico e político relativo do grupo Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). Como no mundo todo, o efeito-China também influencia a economia europeia: o velho continente é inundado por seus produtos, ao mesmo tempo em que ganham mercados antes abastecidos pelos europeus.

A queda da atividade econômica traduziu-se em queda na arrecadação, o que trouxe explosão de déficits públicos em diversos países, bem como o medo do contágio de seus sistemas bancários por títulos públicos de países à beira do calote. Foi criado o termo PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e

Espanha), para designar pejorativamente os países que estavam correndo maior perigo com a situação: apresentavam economia deprimida, explosão do desemprego e crise fiscal, esta última exceto para a Espanha, a qual, porém, se viu ameaçada pelo risco de moratória de dívidas de países como a Grécia, dada a exposição de seus bancos a tais títulos. O nível elevado de déficit de certos governos diminuiu ainda mais as medidas que poderiam vir a ser utilizadas.

O primeiro grande choque veio da Grécia, com uma economia deprimida e onde a relação dívida/PIB chegou a quase 142,7%. A receita dada pelo BCE para sair da crise foi moratória seletiva, injeção de recursos, compra de títulos e, pelo lado fiscal, corte de gastos, diminuição de salários, privatizações. Medidas que deverão ser seguidas pelos países com problemas fiscais. Enquanto aqueles com sistemas bancários ameaçados por títulos problemáticos teriam o colchão de liquidez do BCE sobre seus leitões, mas, claro, com a exigência da prudência fiscal.

As medidas implantadas pelo BCE, provavelmente, virão a acalmar os mercados e diminuir o risco de *credit crunches* e crises financeiras, mas e depois? O BCE comete o mesmo erro de seu par norte-americano, o Federal Reserve (FED), por partir de premissas que não se mostraram realistas: ao estabilizar a economia e fazê-la voltar ao “retrato” anterior do período pré-crise, estariam dadas as bases para o retorno da prosperidade e do crescimento econômico. Porém, em uma economia deprimida e endividada, a saída pelo mercado interno tornou-se improvável, e, com uma taxa de câmbio competitiva para poucos, a saída externa também se complica, com países como Alemanha e China ampliando seus superávits comerciais.

O bônus da moeda única, no longo prazo, nas contas externas, parece transferir-se quase exclusivamente para a Alemanha, mas, na hora de cobrir o ônus, privilegiaram-se as estabilizações financeira e bancária em detrimento das condições sociais e de emprego de suas populações. Com diversas economias tendo suas condições externas deterioradas, o mercado de trabalho enfraquecido e o endividamento em níveis perigosos, é necessária a utilização de instrumentos fiscais para ativar a economia, dado que os instrumentos monetários se esgotaram. Passaram-se quatro anos desde a grande crise, e nada indica que ela está por ser superada. O futuro dirá quem irá ceder primeiro: as autoridades europeias em sua resistência a utilizar mecanismos fiscais como políticas anticíclicas, ou países como a Grécia, que irão abandonar a moeda única para ter maiores graus de liberdade de política econômica para buscar soluções para os seus problemas.

Taxas de desemprego e de crescimento acumulado do PIB, dívida do governo em relação ao PIB e evolução das transações correntes de países selecionados — 2001-10

PAÍSES	TAXA DE DESEMPREGO (%)		CRESCIMENTO ACUMULADO DO PIB (%)		DÍVIDA DO GOVERNO/PIB		EVOLUÇÃO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES		
	2001	2010	2001-07	2007-10	2001	2010	2001 (euros milhões)	2010 (euros milhões)	Variação %
	Alemanha	7,6	7,1	8,00	-0,27	58,83	83,23	425	141 442
Irlanda	3,9	13,7	37,28	-11,78	35,49	96,19	-756	-1 113	-47,22
Grécia	10,7	12,6	28,31	-5,46	103,72	142,76	-10 580	-24 057	-127,38
Espanha	10,3	20,1	22,10	-3,00	55,50	60,11	-26 823	-48 404	-80,45
Itália	9,1	8,4	6,29	-5,27	108,79	119,00	-713	-50 985	-7 050,77
Portugal	4,6	12,0	5,98	-1,20	51,20	92,92	-13 879	-17 061	-22,92

FONTE: Eurostats.

Sobre a competitividade das exportações gaúchas

A FEE está desenvolvendo um trabalho visando mensurar a competitividade das exportações do RS nesse início do século XXI. Para tanto, foram selecionados os 50 produtos mais importantes da pauta exportadora gaúcha entre 2001 e 2010, que representaram, nesse período, em dólares correntes, cerca de 85% do total das vendas do Estado ao resto do mundo. Desses produtos, foi calculada a taxa média anual de crescimento — entre o início e o fim do período — em níveis regional (RS), nacional e mundial, para determinar os ganhos ou as perdas de participação dos produtos estaduais nas exportações mundiais e brasileiras.

Pois bem, quando se colocam frente a frente o crescimento das exportações gaúchas e o das mundiais para esses 50 produtos, percebe-se que 34 deles tiveram aumento superior ao das exportações mundiais, evidenciando que, no caso desses bens, o Estado aumentou a sua participação no mercado internacional. Destacam-se aqui as vendas externas de tabaco, carnes (de frango, suína e bovina), couros preparados, polímeros, farelo e óleo de soja, óleos de petróleo, além de produtos da indústria metal-mecânica (tratores, carrocerias, partes de veículos, reboques e semirreboques, bem como outras máquinas para a colheita ou debulha de produtos agrícolas). Por seu turno, dentre os produtos gaúchos que cresceram menos que as exportações mundiais, ou seja, que perderam representatividade no comércio internacional, ressaltam-se calçados (principalmente os de couro natural, mas também os de borracha ou plástico), soja em grão, móveis, borracha sintética, ônibus, motores diesel e semidiesel e aparelhos de ar condicionado.

Quando se comparam as exportações gaúchas desses 50 produtos com seus congêneres nacionais, percebe-se uma redução na *performance* do RS: o Estado ganhou participação em apenas 24 deles, dentre os quais, cabe destacar farelo de soja, carne suína, óleos de petróleo, móveis (embora, nesses, as taxas médias de crescimento nacional e gaúcha sejam praticamente iguais), partes de veículos, carrocerias e preparações de carne. Por outro lado, nos 26 produtos em que o Estado perdeu representatividade nas exportações brasileiras, estão os mais importantes de sua pauta, a saber, o tabaco, a soja em grão, os calçados e a carne de frango. Além desses, cabe também realçar a perda de participação nas exportações de polímeros (de etileno e de propileno), óleo de soja, tratores, couros preparados, máquinas para a colheita e debulha de produtos agrícolas e celulose.

No referido estudo, classificaram-se, ainda, as principais exportações do Estado em quatro grupos: o de produtos agropecuários (tabaco, soja e derivados, além de carnes e suas preparações), o de intensivos em trabalho (calçados, couros e móveis), o de derivados do petróleo (óleos de petróleo,

hidrocarbonetos e polímeros) e o de oriundos da indústria metal-mecânica (veículos e suas partes e máquinas e aparelhos agrícolas). Com base nessa classificação, é possível enumerar algumas dificuldades por que passa o setor externo do Estado, além dos tradicionais problemas de câmbio, impostos, juros e infraestrutura.

O RS beneficiou-se do aumento generalizado dos preços dos produtos agropecuários na última década, mas não tanto quanto outros estados brasileiros. Basicamente, porque a expansão produtiva gaúcha ficou limitada ao aumento da produtividade e à substituição de culturas, uma vez que sua fronteira agrícola está esgotada. Assim, à medida que a região dos Cerrados foi encontrando alternativas para o escoamento de sua produção, a participação estadual foi declinando nas exportações nacionais. Lá, não só a expansão da agropecuária está mais facilitada em função da disponibilidade de terras, como também as plantas dos abatedouros são mais modernas, o que prejudica a competitividade da produção sulina.

Quanto aos produtos intensivos em trabalho, observa-se que as exportações de calçados no Estado caíram dramaticamente e, no Brasil, um pouco menos, devido à inserção no mercado externo da produção dos estados da Região Nordeste. Já a de móveis perdeu participação internacional *pari passu* à exportação brasileira. O Estado apenas conseguiu um desempenho satisfatório nas vendas de couro, onde mostrou uma tendência de substituição dos curtidos ou *crust* pelos preparados, estes de maior valor agregado.

O crescimento dos produtos derivados do petróleo deve ser relativizado, porque dificilmente será sustentado no patamar apresentado, uma vez que é fruto de uma base de comparação baixa (2001) e da ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, iniciada justamente em 2001 e finalizada em 2006.

Já os produtos da indústria metal-mecânica apresentaram um comportamento diverso. Enquanto aqueles voltados para a agricultura tiveram um crescimento expressivo, sobretudo na América Latina, as exportações de carrocerias e, principalmente, de ônibus foram afetadas pela internacionalização da Marcopolo no período. Ainda em relação a máquinas e aparelhos agrícolas (incluindo tratores), deve ser mencionado que, nos últimos anos, a Argentina, principal mercado do RS, vem tomando medidas para internalizar a produção desses bens. Se isso efetivamente acontecer, será um duro golpe nesse comércio.

Assim, a se confirmarem as tendências que o conjunto desses 50 principais produtos parece delinear, a “vocaçãõ exportadora do RS” deverá enfrentar forte turbulência ao longo dos próximos anos.

Álvaro Garcia (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.08.11).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial da Carta: André Luis Contri (Editor-Chefe), André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Susana Kerschner e Valesca Casa Nova Nonnig (revisão), Jadir Vieira Espinosa e Rejane Maria Bondanza Lopes (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br